



Parecer nº 1192/2025/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 1495/2025 que Declara Utilidade Pública Estadual a Associação Mulheres Que Apoiam Mulheres – AMAM, com sede no Município de Sorriso/MT.

Autor (a): Deputada Janaina Riva

Relator (a): Deputado (a)

Edinei Vardin

### I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 1495/2025, de autoria da Deputada Janaina Riva, que declara de Utilidade Pública Estadual a “**ASSOCIAÇÃO MULHERES QUE APOIAM MULHERES – AMAM**”, localizada no município de Sorriso/MT (fls. 02-03).

Em justificativa, a autora destaca que a entidade, sem fins lucrativos, desenvolve relevantes atividades sociais no município de Sorriso e região.

A AMAM tem como finalidade principal a promoção da cidadania, a assistência social e o fortalecimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio de projetos, atendimentos e ações que visam oferecer suporte, orientação e oportunidades de inclusão social.

Além do apoio direto às mulheres, a entidade atua de forma integrada com a comunidade, promovendo atividades de conscientização, capacitação e fortalecimento de vínculos familiares e sociais, buscando sempre a valorização da dignidade humana e a redução das desigualdades.

A proposição foi protocolada em 17/09/2025 (Protocolo nº 10097/2025 e Processo nº 3074/2025), lida na 61ª Sessão Ordinária da mesma data e submetida ao cumprimento de pauta por cinco sessões subsequentes (62ª a 66ª), realizadas entre 17/09/2025 - 15/10/2025 (fls. 02 e 26v).

Pesquisa preliminar da Secretaria de Serviços Legislativos - SSL em 22/09/2025, registrou a inexistência de proposições correlatas ou normas jurídicas idênticas (fl. 26).

Da análise da proposição nesta Comissão verificou-se a necessidade de complementação da documentação comprobatória da situação da Associação, assim, para o prosseguimento da propositura em questão, esta Comissão encaminhou ao Gabinete da Autora os Memorandos nº 554/2025/SPMD/NCCJR/ALMT nº 623/2025/SPMD/NCCJR/ALMT, solicitando apresentação de documentos a fim de tornar a proposição apta a análise, ao que fomos prontamente atendidos.



Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 16/10/2025, para deliberação (fl. 26v).

É o relatório.

## II – Análise

### II.I - Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram realizadas novas consultas aos sistemas eletrônicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 01/12/2025, não sendo identificadas proposições em tramitação nem normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 1495/2025.

A verificação efetuada no sistema Intranet, na mesma data, confirmou a inexistência de apensamentos ao processo legislativo correspondente.

Com base no conjunto documental apresentado, considera-se atendido, de forma integral, o disposto na Lei Estadual nº 8.192/2004, restando regularizada a instrução da matéria e assegurada a regularidade formal para prosseguimento do processo legislativo.

Passa-se, assim, ao exame da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

### II.II. - Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso (CEMT) e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (RI-ALMT), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, bem como do art. 18 da Constituição Estadual (CEMT), que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com as alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, nº 10.192/2014, nº 10.683/2018 e nº 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);





- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O artigo 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### II.III. - Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

#### 1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl. 05, emitido pela Receita Federal em 26/05/2025, constando a data de abertura da entidade em 21/09/2021, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

#### 2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 12-25 (cópia), devidamente registrado no Cartório 2º Ofício de Sorriso/MT em 20/09/2021, não constando alterações posteriores arquivadas.

#### 3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)

Às fls. 40-43 (cópia), ata da reunião realizada em 02/07/2025 (Ata de Fundação, Aprovação do Estatuto Social, Eleição e Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal), contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos para o quinquênio 2025-2030, registrada no Cartório 2º Ofício de Sorriso /MT em 11/09/2025.

#### 4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)

À fl. 39, firmada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sorriso/MT, Vereador Rodrigo Matterazzi, contendo: identificação da associação, nomes dos dirigentes, declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de assembleia de eleição).



**5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 07, Lei Municipal nº 3.338, de 07 de fevereiro de 2023, disponível no Portal de Legislação do Município de Sorriso/MT.

(<https://www.sorriso.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=4430&cdDiploma=20233338&NroLei=3.338&Word=&Word2=>)

**6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

*“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Mulheres que Apoiam Mulheres – AMAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 43.944.980/0001-93, com sede no município de Sorriso/MT.*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. ”*

**7) Requerimento formal da autora da proposição (art. 2º)**

À fls. 02-03, projeto de lei devidamente assinado pela Deputada proponente, protocolado sob nº 10097/2025, em 17/09/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.

**III - Voto do (a) Relator (a)**

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1495/2025, de autoria da Deputada Janaina Riva.

Sala das Comissões, em 30 de 12 de 2025.





## IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 1495/2025 – Parecer nº 1192/2025/CCJR
Reunião da Comissão em 36 / 12 / 2025
Presidente: Deputado (a) Eduardo Botelho
Relator (a): Deputado (a) Sérgio Tordin

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 1495/2025, de autoria da Deputada Janaina Riva.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	